

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

03
2025



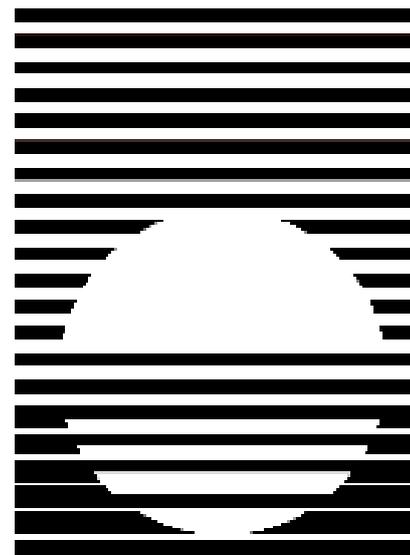
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA

opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Brasil aprofunda cooperações com Japão e Vietnã

Torcidas de futebol se somam a aposentados em mobilização massiva na Argentina

Página 05

Yamandú Orsi assume a presidência do Uruguai e reforça compromisso com a estabilidade e integração regional

Chile coopera com Tribunal Penal Internacional em investigação sobre a Venezuela

Página 06

EUA deportam 238 venezuelanos para prisão em El Salvador

Equador firma contrato com empresa de segurança privada e busca se aproximar de Donald Trump

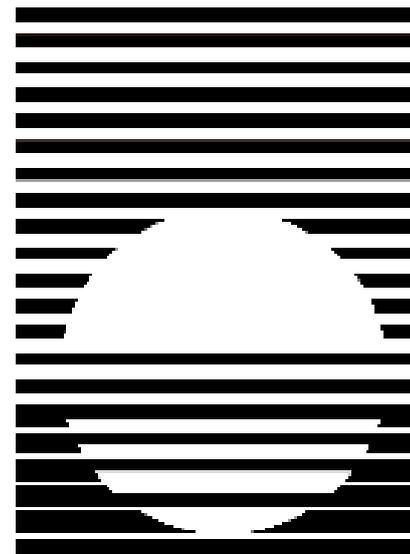
Página 07

Congresso peruano aprova “Lei Anti-ONG” e organismos de direitos humanos reagem

Secretário de Estado dos EUA critica a China em viagens a Guiana e Suriname

Página 08

Organização dos Estados Americanos elege novo Secretário-Geral



Brasil aprofunda cooperações com Japão e Vietnã

Entre 24 e 27 de março, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma viagem de Estado ao Japão, acompanhado por uma comitiva de ministros e representantes da sociedade civil. Tratou-se da primeira viagem desde tipo organizada pelo país asiático desde 2019, quando Donald Trump foi recebido de forma semelhante. O convite foi feito em razão do aniversário de 130 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Japão e da comemoração de dez anos da Parceria Estratégica e Global. Lula se encontrou com o imperador japonês, Nuhito, e com o primeiro-ministro, Shigeru Ishiba, assim como participou de encontros com empresários e sindicatos. A viagem resultou na assinatura de dez acordos entre os governos, além de outros 80 instrumentos de cooperação firmados por entidades subnacionais, universidades, institutos de pesquisa e empresas. Entre os documentos, destacaram-se o Plano de Ação para a Parceria Estratégica e Global Brasil-Japão (2025-2030), com ações previstas em diversas áreas, e a compra de 15 aviões da Embraer pela All Nippon Airways, maior companhia aérea do Japão. Além disso, o governo japonês anunciou que enviará uma missão técnica para avaliar a carne bovina do Brasil, em um gesto que pode levar à abertura de seu mercado ao produto, aguardada pelo agronegócio brasileiro há 20 anos. Os líderes dos dois países defenderam, ainda, a negociação de um acordo comercial do Japão com o Mercosul. Em seguida, entre os dias 27 e 29 de março, Lula viajou para o Vietnã, onde se encontrou com o primeiro-ministro Pham Minh Chin. As duas partes assinaram cinco acordos de cooperação, com destaque para o primeiro Plano de Ação para Implementação da Parceria Estratégica entre Brasil e Vietnã (2025-2030), lançada em novembro de 2024. Além disso, o governo vietnamita aceitou abrir seu mercado à carne bovina brasileira, ao passo que o presidente brasileiro declarou que proporá ao Mercosul a negociação de um acordo comercial com o país asiático.

Fontes: [Brasil](#), 14/03/2025; [Brasil](#), 26/03/2025; [UOL](#), 28/03/2025; [Poder 360](#), 29/03/2025; [Brasil](#), 01/04/2025.

Torcidas de futebol se somam a aposentados em mobilização massiva na Argentina

No dia 12 de março, torcedores de diversos times de futebol argentinos se juntaram aos aposentados em um protesto massivo na capital Buenos Aires, que foi duramente reprimido pela polícia. O motivo da manifestação foi a piora na qualidade de vida dos pensionistas, sobretudo após a chegada de Javier Milei à presidência. A população acima de 65 anos tem sido o segmento da sociedade mais afetado pelas políticas de austeridade do atual governo, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Censo da Argentina (Indec). Já nos primeiros seis meses de 2024, mais de 700 mil idosos, que antes ocupavam os estratos médios da pirâmide social, passaram a viver abaixo da linha da pobreza. Dois terços dos idosos, atualmente, recebem o valor mínimo de aposentadoria, o que equivale a pouco mais que o total da cesta básica. Isso se deve a um conjunto de medidas tomadas pelo Executivo, que incluem: o congelamento do auxílio pago às pessoas que recebem salários mais baixos, cujo valor permanece inalterado desde março de 2024; o aumento do custo de vida, impulsionado sobretudo pelos preços dos serviços públicos básicos, como água, gás e eletricidade, que aumentaram muito acima da inflação, devido à retirada dos subsídios; e a elevação do valor dos medicamentos, que atingiu o patamar de 240% em 2024, somado à redução do acesso gratuito a esses produtos nas farmácias populares. Além disso, em setembro do ano passado, o presidente vetou uma lei sancionada pelo Congresso argentino, que elevava o valor mínimo das aposentadorias e fixava uma nova fórmula de cálculo das aposentadorias. Diante desse cenário, os aposentados têm se manifestado todas as quartas-feiras na frente do Congresso nacional. Contudo, no dia 12 de março, a mobilização ganhou uma dimensão maior, com a adesão das torcidas organizadas de futebol. Em apoio aos aposentados, torcedores de diferentes times, como River Plate e Boca Juniors, foram às ruas para manifestar repúdio ao governo Milei. A repressão policial foi dura, e a mobilização terminou com mais de 100 detidos e mais de 50 feridos.

Fontes: [La Nación](#), 03/10/2024; [Página 12](#), 08/03/2025; [CNN](#), 12/03/25; [BBC](#), 23/03/2025.

Yamandú Orsi assume a presidência do Uruguai e reforça compromisso com a estabilidade e integração regional

Em 1º de março, ocorreu a cerimônia de posse de Yamandú Orsi como presidente do Uruguai. Em um discurso conciliador, realizado na Assembleia Geral uruguaia, Orsi destacou a estabilidade política do país, enfatizando “os partidos políticos sólidos” e “a alternância de poder”, concluindo com a afirmação de que “se pode dizer que o Uruguai é um país que funciona”. Sua posse coincidiu com as celebrações de 40 anos do fim da ditadura militar e o retorno da democracia no Uruguai. Orsi também abordou os temas prioritários de seu governo para os próximos cinco anos, como: a criação de políticas para o enfrentar as mudanças climáticas, a necessidade de avançar com o Plano Nacional de Águas, além de segurança e combate à pobreza infantil. Na agenda da política externa, o presidente afirmou que buscará reforçar a integração regional e a cooperação Sul-Sul nos próximos anos, bem como participar ativamente de diferentes fóruns multilaterais da região, como o Mercosul, a CELAC e a OEA. No dia 6 de março, Mario Lubetkin, ex-representante da FAO para a América Latina, assumiu como Ministro das Relações Exteriores. Em seu discurso, destacou que sua gestão tem como principais objetivos fortalecer a integração regional e promover políticas de Estado que gerem “benefícios tanto sociais como econômicos para o país”. Além disso, alinhou-se ao discurso de Orsi ao defender a participação ativa do Uruguai nos fóruns da América Latina e construção de uma “diplomacia latino-americana”. Lubetkin também enfatizou a importância da cooperação e do fortalecimento das relações com os países asiáticos. Nesse sentido, agradeceu ao presidente do Brasil, Lula da Silva, pelo convite para que o Uruguai participe da Conferência dos BRICS, sendo esta uma oportunidade de ampliar o diálogo com a China, Índia e Indonésia, além da África do Sul, Emirados Árabes e Egito. Lubetkin também anunciou uma nova postura do Uruguai em relação às eleições na Venezuela, declarando que o governo uruguaio não reconhece Edmundo González como vencedor das eleições no país caribenho: “não reconhecemos ninguém neste momento: nem o Maduro, nem ao presidente que declarou ter vencido, segundo as atas que divulgou na internet” acrescentando que “é uma situação ambígua, mas não somos o único país que tem essa posição”. Apesar dessa declaração, Lubetkin afirmou que

o governo, por ora, não pretende restabelecer as relações diplomáticas com a Venezuela. A oposição ao governo, composta principalmente pelo Partido Nacional e Colorado, criticou a declaração do chanceler. Segundo os opositores, essa postura representa “um grave retrocesso no compromisso do país de lutar pela defesa da democracia e dos direitos humanos”. Ambos os partidos insistiram para que o Ministério das Relações Exteriores e o governo nacional revisem sua postura frente à situação venezuelana, reconheçam o resultado eleitoral a favor de González e preservem “o prestígio internacional do Uruguai na defesa dos valores democráticos”.

Fontes: [El Observador](#), 01/03/2025; [El Observador](#), 04/03/2025; [Grupo R Multimedio](#), 05/03/2025; [El Observador](#), 05/03/2025; [Grupo R Multimedio](#), 06/03/2025; [Grupo R Multimedio](#), 20/03/2025.

Chile coopera com Tribunal Penal Internacional em investigação sobre a Venezuela

No dia 28 de março, o chanceler chileno Alberto van Klaveren se reuniu com autoridades do Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, para entregar informações sobre o assassinato de um dissidente do governo venezuelano, que ocorreu no Chile em 2024. Ronald Ojeda foi um ex-militar da Venezuela, que participou de movimentos de oposição ao governo de Nicolás Maduro. Depois de ser preso por autoridades venezuelanas em 2017, acusado de rebelião e traição, Ojeda conseguiu fugir para o Peru no mesmo ano e mais tarde se estabeleceu no Chile, onde recebeu asilo político em novembro de 2023. No final de fevereiro de 2024, Ronald Ojeda foi sequestrado e morto em Santiago por membros da organização criminosa venezuelana Tren de Aragua, de acordo com o Ministério Público chileno. O órgão chileno ainda indicou a participação de autoridades venezuelanas no homicídio. Em abril de 2024, o governo chileno buscou cooperar com o governo venezuelano para responder à atuação internacional do Tren de Aragua, mas as tentativas chilenas não foram bem recebidas pela Venezuela. Em julho de 2024, as relações diplomáticas entre os dois países foram rompidas após a controvertida eleição de Nicolás Maduro. Com isso, o governo chileno decidiu entregar suas investigações sobre o caso ao TPI no dia 28 de março de 2025, para fortalecer uma investigação em curso sobre a Venezuela naquele órgão. Alberto

van Klaveren afirmou que uma possível confirmação da participação das autoridades venezuelanas no crime representaria “uma situação séria para nosso país, porque significaria a violação da nossa soberania.” Ainda no dia 28 de março, o governo venezuelano reagiu à cooperação entre o Chile e o TPI com uma nota que rechaçou o que chamou de “ridícula manobra do governo decadente do Chile.” De acordo com o governo venezuelano, o caso apresentado pelo Chile é alimentado por mentiras e é legalmente insustentável.

Fontes: [La Tercera](#), 25/02/2024; [La Tercera](#), 11/04/2024; [O Globo](#), 04/03/2024; [Reuters](#), 28/03/2025; [MRE – Chile](#), 28/03/2025; [MRE – Venezuela](#), 28/03/2025.

EUA deportam 238 venezuelanos para prisão em El Salvador

Em 11 de março, 238 venezuelanos foram deportados dos Estados Unidos para uma prisão de segurança máxima em El Salvador, sob a acusação de integrarem o grupo criminoso venezuelano Tren de Aragua. A operação foi amparada pela Lei de Inimigos Estrangeiros de 1798, invocada pelo governo de Donald Trump. O centro penitenciário salvadorenho que abriga os deportados é financiado pelos EUA com um repasse no valor de 6 milhões de dólares. O governo da Venezuela negou que os deportados façam parte do grupo Tren de Aragua. O presidente venezuelano Nicolás Maduro classificou a medida como arbitrária e acionou a Justiça de El Salvador, solicitando a libertação dos cidadãos. O caso será analisado pela Suprema Corte salvadorenha, que começou a ouvir as defesas dos detidos no final do mês. Maduro também pediu apoio ao Secretário Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, e ao Alto Comissário para os Direitos Humanos, Volker Turk, para acompanhar a situação dos migrantes. As deportações também geraram reações na oposição venezuelana. María Corina Machado e Edmundo González pediram que se evitasse a criminalização injusta dos migrantes venezuelanos. Ambos se manifestaram contra o uso de legislações de exceção para tratar da crise migratória. Por fim, no dia 22 de março, a Venezuela anunciou um acordo com os EUA para retomar os voos de deportação direta de migrantes venezuelanos. O acordo foi confirmado por autoridades diplomáticas de ambos os países e busca evitar que novos deportados sejam enviados a terceiros países.

Fontes: [White House](#), 15/03/2025; [Infobae](#), 18/03/2025; [France 24](#), 21/03/2025; [G1](#), 22/03/2025; [O Globo](#), 24/03/2025; [UOL](#), 24/03/2025; [Reuters](#), 28/03/2025.

Equador firma contrato com empresa de segurança privada e busca se aproximar de Donald Trump

No dia 12 de março, o presidente equatoriano Daniel Noboa anunciou uma parceria estratégica com a empresa Academi, anteriormente conhecida como Blackwater, especializada em serviços militares privados. A empresa ganhou notoriedade pelos serviços prestados ao governo dos Estados Unidos durante a invasão ao Iraque, onde esteve envolvida em incidentes que incluíram baixas civis e alegações de violações de direitos humanos. Entre outras parcerias estabelecidas pela empresa encontram-se contratos com empresas petrolíferas chinesas na África, bem como com o governo salvadorenho de Nayib Bukele. Erik Prince, presidente da empresa, é apoiador de campanha e aliado do presidente estadunidense Donald Trump, e atualmente negocia um contrato com o governo dos EUA para administrar campos privados de processamento de imigrantes ilegais e serviços de transporte aéreo para deportação para seus países de origem. O contrato faz parte do ‘Plano Fênix’, proposto por Noboa, visando resolver os elevados níveis de violência no país, principalmente relacionados às gangues de narcotraficantes. A oposição ao governo manifestou dúvidas sobre a veracidade do contrato, e o governo organizou uma demonstração pública, no dia 14 de março, antes do início da vigência do contrato, onde a empresa auxiliou as forças de segurança equatorianas após um incidente em Guayaquil envolvendo um carro bomba nas proximidades de uma penitenciária local. No dia 1º de abril, o primeiro destacamento da empresa desembarcou oficialmente no país e, conforme informado pelo ministro da defesa, Gian Carlo Loffredo, as funções da empresa no Equador estarão limitadas a atividades de treinamento, assessoria e capacitação técnica. Em meio a essas medidas, em 29 de março, Daniel Noboa realizou sua última viagem antes de se licenciar para o segundo turno de sua campanha à reeleição, encontrando-se com o presidente estadunidense Donald Trump, em Mar-a-Lago. Conforme a agenda pública, foram discutidas demandas de cooperação bilateral na área

de segurança. Os detalhes do encontro não foram confirmados pela assessoria da Casa Branca, mas, nas redes sociais, ambos os presidentes indicaram que o encontro foi bastante proveitoso.

Fontes: [CNNemEspañol](#), 12/03/2025; [Primícias](#), 13/03/2025; [France24](#), 15/03/2025; [Infobae](#), 29/03/2025; [Infobae](#), 01/04/2025.

Congresso peruano aprova “Lei Anti-ONG” e organismos de direitos humanos reagem

No dia 12 de março, o Congresso peruano aprovou uma lei para fiscalizar e limitar o funcionamento e o financiamento de organizações não-governamentais (ONGs) no país, com 82 votos favoráveis, 16 contrários e quatro abstenções. O texto modificou a lei nº 27.692, a qual cria e estabelece mecanismos de atuação da agência estatal APCI (Agência Peruana de Cooperação Internacional), ligada ao Ministério das Relações Exteriores e responsável por regulamentar e manter relações com organismos internacionais e multilaterais. A lei, entretanto, ficou conhecida como “Lei Anti-ONG” devido à sua natureza repressiva. Assim que essa legislação foi aprovada no Congresso, diversos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, como o Human Rights Watch (HRW) e o Washington Office on Latin America (WOLA), publicaram notas cobrando que a presidente Dina Boluarte vete a lei. Segundo o HRW, a legislação apresenta linguagem ampla e vaga, o que garantirá à APCI maior controle sobre as atividades de organizações da sociedade civil, como é o caso das ONGs de direitos humanos. Além disso, as entidades explicitam que a lei pode ser perigosa, também, pois as ONGs que denunciarem episódios de violência e repressão estatal podem ser censuradas, multadas e até mesmo terem seus registros de inscrição e funcionamento cancelados. Além de ONGs e organismos internacionais, inúmeras organizações e entidades da sociedade civil peruana expuseram os riscos da grave violação aos direitos humanos e à livre expressão, uma vez que a lei exige que as associações peçam autorização ao governo para funcionarem. Dentre os partidos que a apoiaram, está o Força Popular (FP), representante do fujimorismo no Peru e presidido por Keiko Fujimori, filha do ex-ditador Alberto Fujimori. Além do FP, outros partidos que apoiam a presidente Dina Boluarte votaram a favor da proposta. Essa aprovação se deu em meio à queda

da avaliação positiva do Congresso e da presidente do Peru, de 2% e 4%, respectivamente, segundo pesquisa do Instituto de Estudos Peruanos (IEP).

Fontes: [Congresso da República do Peru](#), 12/03/2025; [La República](#), 13/03/2025; [La República](#), 13/03/2025; [WOLA](#), 14/03/2025; [La República](#), 15/03/2025; [Human Rights Watch](#), 20/03/2025.

Secretário de Estado dos EUA critica a China em viagens a Guiana e Suriname

No dia 1º de março, o Presidente Irfaan Ali denunciou a presença de navios de patrulha venezuelanos em território guianês. As embarcações estariam no território marítimo de Essequibo, onde existem reservas de petróleo e cuja soberania é motivo de disputa entre Venezuela e Guiana. Horas depois, o Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental dos EUA emitiu um pronunciamento afirmando que a presença naval venezuelana na região era uma ameaça à unidade de produção flutuante da ExxonMobil e uma violação à soberania territorial da Guiana. Também afirmou que mais provocações resultariam em consequências ao regime de Nicolás Maduro. Em 27 de março, Irfaan Ali e Marco Rubio, Secretário de Estado dos Estados Unidos, deram uma entrevista coletiva em Georgetown, quando Rubio foi perguntado o que os Estados Unidos fariam caso a Venezuela atacasse diretamente a Guiana. Rubio respondeu que “eles teriam um péssimo dia”. Logo em seguida, no mesmo dia, Maduro respondeu a provocação chamando Rubio de “imbecil” por ameaçar a Venezuela e por ter feito um pacto de segurança com a Guiana. Ainda no dia 27 de março, Marco Rubio também deu uma entrevista coletiva com o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, em Paramaribo. Durante a fala, Rubio reforçou a importância da parceria entre os países para garantir estabilidade regional, de forma que os Estados Unidos seriam os responsáveis em prover as capacidades necessárias, seja para crescimento econômico, seja para o aprimoramento da segurança na região. Em ambas as entrevistas, Rubio comentou sobre a presença chinesa no Suriname e na Guiana, afirmando que o incômodo dos Estados Unidos passa pela ausência de outras parcerias nas referidas economias, pois as empresas chinesas estariam “afastando” o interesse de outros investidores. Além disso, o Secretário de Estado também afirmou que tais

empresas fazem péssimos trabalhos e que, em vez de empregarem trabalhadores locais, trazem sua própria mão de obra da China. Para exemplificar sua crítica em relação à qualidade dos serviços, Rubio citou a rodovia que utilizou para ir de Georgetown até o aeroporto internacional Cheddi Jagan, afirmando que a estrada teria sido construída pelos chineses e que sua qualidade é péssima. Porém, no dia 28 de março, David Patterson, que é membro do Parlamento da Guiana e ex-Ministro de Obras Públicas, afirmou que a estrada a qual Rubio se referiu chama-se The Heroes Highway e foi construída por empresas locais com trabalhadores locais e não por uma empresa chinesa. Por fim, o Secretário de Estado também falou sobre a infraestrutura de telecomunicações, afirmando que ter um serviço oferecido por empresas chinesas afastaria empresas estadunidenses devido ao medo de terem seus dados roubados.

Fontes: [France 24](#), 01/03/2025; [Sky News \(Youtube\)](#), 27/03/2025; [UOL](#), 27/03/2025; [U.S. Department of State \(Youtube\)](#), 27/03/2025; [Stabroek News](#), 29/03/2025.

buscou um posicionamento menos enfático em tais temas, defendendo o diálogo no caso venezuelano, a união entre multilateralismo e regionalismo, e mostrando interesse em outras agendas, como o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Fontes: [G1](#), 04/03/2025; [Carta Capital](#), 06/03/2025; [Agência Brasil](#), 10/03/2025; [Página 12](#), 11/03/2025.

Organização dos Estados Americanos elege novo Secretário-Geral

No dia 10 de março, a Organização dos Estados Americanos elegeu Albert Ramdin como o seu novo Secretário-Geral até 2030. Com mais de 25 anos de experiência em negociações internacionais, Ramdin, então Ministro de Relações Exteriores do Suriname, atuou como Secretário Adjunto da OEA entre 2005 e 2015, durante o mandato do chileno José Miguel Insulza. Às vésperas da eleição, o surinamês recebeu o apoio do Itamaraty e dos governos da Bolívia, do Chile, da Colômbia e do Uruguai. No ano passado, Randim e Mauro Vieira se encontraram em Brasília, para discutir investimentos e cooperação bilateral em áreas como energia e infraestrutura, e em Paramaribo, para a reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). No dia da votação, Randim também recebeu o apoio da Comunidade do Caribe (CARICOM), da Costa Rica, do Equador e da República Dominicana. Ele foi o único a concorrer ao pleito após a retirada do candidato do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, considerado mais próximo aos Estados Unidos. Enquanto Rúbén Ramírez demonstrou alinhamento com as perspectivas estadunidenses, como, por exemplo, a respeito da questão democrática envolvendo Cuba, Nicarágua e Venezuela, Randim

